

Construindo um projeto de restauro:

Os desafios metodológicos da conservação baseada em valores

Leonardo Barci Castriota Castriota
Vilmar Pereira Sousa*

Resumo Hoje, a teoria da conservação reconhece que o patrimônio não pode ser definido objetivamente por meio de critérios universais, que emanariam da análise dos bens culturais. Em seu lugar, desenvolve-se uma concepção intersubjetiva do patrimônio que percebe que os valores são atribuídos aos bens culturais pelos diferentes sujeitos. Com isso, passa-se da perspectiva da conservação baseada na matéria para a ideia de conservação baseada em valores, paradigma que coloca como central a valoração pelos diferentes agentes envolvidos neste processo. Apesar de haver consenso sobre isso, esta perspectiva intersubjetiva não foi plenamente absorvida, nem pela teoria e muito menos pela prática da conservação. Este artigo reflete sobre a abordagem adotada no projeto de restauro para o edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana (MG), onde se procurou investigar a ampla gama de valores a ele atribuídos, para construir o projeto de restauro a partir de uma perspectiva intersubjetiva.

Palavras-chave: Restauro, projeto, patrimônio, valores, Mariana.

Construyendo un proyecto de restauración: los desafíos metodológicos de la conservación basada en valores

Resumen Hoy la teoría de la conservación reconoce que el patrimonio no puede definirse objetivamente a través de criterios universales que emanarían del análisis de los bienes culturales. En su lugar, ha surgido una concepción intersubjetiva del patrimonio que reconoce que los valores son atribuidos a los bienes culturales por diferentes individuos. Así, se pasa de la perspectiva de la conservación basada en la materia a la idea de conservación basada en valores, colocando como central la valoración de los agentes involucrados en este proceso. A pesar del consenso, la perspectiva intersubjetiva no ha sido completamente absorbida ni por la teoría ni por la práctica de la conservación. Este artículo reflexiona sobre el enfoque adoptado en el proyecto de restauración para el edificio de la Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, donde se investiga la amplia gama de valores atribuidos a él, para construir el proyecto desde una perspectiva intersubjetiva.

Palabras clave: Restauración, proyecto, patrimonio, valores, Mariana.

Building a restoration project: methodological challenges of value-based conservation

Abstract Today, conservation theory recognizes that heritage cannot be defined objectively through universal criteria emanating from the analysis of cultural assets. Instead, an intersubjective conception of heritage has emerged, acknowledging that values are ascribed to cultural assets by different individuals. Consequently, there has been a shift from a perspective of material-based conservation to the idea of values-based conservation, a paradigm that places the valuation by different agents involved in this process at its core. Despite consensus on this matter, the intersubjective perspective has not been fully embraced, neither in conservation theory nor in practice. This article reflects on the approach adopted in the restoration project for the Casa de Câmara e Cadeia building in Mariana (MG), where efforts were made to investigate the broad spectrum of values attributed to it, aiming to construct the restoration project from an intersubjective perspective.

Keywords: Restoration, project, heritage, values, Mariana.

Hoje, não há mais a ilusão de que o patrimônio possa ser definido objetivamente, por meio de critérios universais de validade, que emanariam da análise dos próprios bens culturais. Sabemos, como diz Boguslaw Szmygin, que esse conceito extremamente amplo pode incluir quase todos os elementos da cultura e da natureza:

Um único objeto e uma cidade, uma cabana de madeira e um complexo palaciano, uma pirâmide construída milhares de anos atrás, e um edifício de trinta anos de idade, todos são tratados como elementos do patrimônio cultural. Os elementos do patrimônio japonês são os atores do tradicional teatro Kabuki; na Austrália, a Ayers Rock, que aborígenes acreditam ser uma montanha sagrada, é preservada; na África, o patrimônio inclui os costumes tribais. Patrimônio pode significar nomes de ruas, sistemas de campos, receitas para a produção de álcool. (SZMYGIN, 2002, p. 196)

Sabemos, então, que uma definição fechada de patrimônio não é mais possível, na medida em que tal variedade contida na ideia de patrimônio não pode mais ser definida como um todo. Porém, se o pré-requisito básico de cada disciplina é exatamente a *definição do seu objeto de interesse*, como o campo da conservação pode lidar com essa enorme amplitude e a consequente dificuldade de definição? Para Szmygin, seria fácil identificar a origem do dilema: a dificuldade seria que o patrimônio hoje é “muito mais subjetivo do que objetivo”: “Isto significa”, explica, “que o patrimônio não existe separadamente de um sujeito – um ser humano, um grupo social, nação, cultura e país. Dependendo das necessidades e possibilidades, cada um desses sujeitos define o seu patrimônio”. (SZMYGIN, 2002, p. 196)

No entanto, seria difícil responder a esta situação: o fato é que a expansão trazida pela ideia intersubjetiva de patrimônio ainda não foi totalmente incorporada pelas teorias tradicionais da conservação, que continuam ligadas a antigas verdades disciplinares, recusando-se a reconsiderar seus fundamentos. Assim, enquanto, por um lado, as sociedades, que hoje enfrentam um mundo em rápida mutação, com a globalização, estão constantemente expandindo o conceito de patrimônio por meio de suas demandas e ações, os conservacionistas, por outro, mostram-se teórica e metodologicamente incapazes de explicar essas transformações em curso. A conclusão é simples, segundo Szmygin: “a teoria e a prática de conservação deveriam ser ajustadas à concepção subjetiva do patrimônio” (SZMYGIN, 2002, p. 196).

* Leonardo Barci Castriota é Arquiteto e Urbanista, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-9159-1787>>. Vilmar Pereira Sousa é Geógrafo, Doutorando no Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (Escola de Arquitetura) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Assim, ir além do “fetiche material” que tem dominado o campo do patrimônio e buscar o “pluralismo da verdade”, que estaria enraizado em uma compreensão compartilhada intersubjetivamente e não no contexto material dos objetos, parece-nos, de fato, a grande desafio para o campo da conservação. Sabemos hoje que não se trata, em uma operação de conservação, de identificar uma *verdade unitária* contida em objetos ou processos culturais – que devem ser objeto de proteção e preservação –, mas muito mais de apontar para os múltiplos significados dos bens culturais, os múltiplos valores que lhes são atribuídos pelos diferentes atores envolvidos.

Portanto, a conservação contemporânea não visaria os objetos apenas em sua materialidade, mas, por meio de seus significados, os indivíduos e grupos para os quais esses objetos são relevantes. O objetivo final da conservação seria, afinal, como constata um importante trabalho do *Getty Conservation Institute* (GCI), não “conservar a matéria em si, mas, muito mais, manter (e moldar) os valores corporificados no patrimônio – com o tratamento ou intervenção física sendo um dos muitos meios para esse fim.” (AVRAMI; MASON, 2000, p. 7).

É amplamente admitido, em nossos dias, que vão ser os valores e os processos de avaliação subjetiva que determinam as escolhas da conservação, desde a seleção dos bens culturais até à decisão da melhor estratégia para se proteger o patrimônio. Os diferentes produtos e processos da cultura – sejam eles obras de arte, edifícios, objetos etnográficos, celebrações ou formas de expressão – têm, como sabemos, diferentes significados e usos para diferentes indivíduos e comunidades. Assim, são os valores que lhes são atribuídos por esses indivíduos ou comunidades que convertem determinados objetos, lugares e acontecimentos em patrimônio. Se pretendemos, então, tratar o patrimônio como uma atividade edificada socialmente, aproximando-nos da compreensão de sua natureza intersubjetiva, é preciso investigar *como* esses valores se articulam em cada decisão patrimonial, examinando-se “porquê e como o patrimônio é valorizado, e por quem”, nos termos do relatório do GCI (AVRAMI; MASON, 2000, p. 7).

Trata-se, portanto, de ir além da perspectiva tradicional de *conservação baseada na matéria* adotando-se a ideia de *conservação baseada em valores*, paradigma em que, mais do que a própria materialidade, coloca como central a questão da *valoração pelos diferentes agentes* envolvidos neste processo¹. Numa perspectiva de conservação baseada em valores, o foco estará, como o nome sugere, nos valores atribuídos pela sociedade que é sempre vista como constituída por vários conjuntos de atores e interesses, conceituando-se, neste caso, o valor como um conjunto de características ou propriedades atribuídas a um objeto ou local, e o agente e grupo de interesse como “qualquer grupo com interesse nessa propriedade”. Desenvolvida e defendida na cena internacional sobretudo através de uma série de publicações do Getty Conservation Institute desde o final dos anos 1990, essa abordagem, que se baseia principalmente na conhecida Carta de Burra, documento doutrinário produzido pelo australiano ICOMOS em 1999, tem se firmado com a preferencial para a área da conservação do patrimônio (CASTRIOTA, 2022).

¹ Este processo tem sido muito abordado nos últimos tempos sob a rubrica da “patrimonialização”, ideia através da qual se reconhece o processo de atribuição do estatuto de patrimônio a um bem material ou imaterial, reconhecendo-lhe interesse (cultural, histórico etc.) para determinada região, país ou conjunto de países, com o objetivo de garantir a sua preservação, divulgação etc. Mais sobre esse tema, confira: ABREU, 2015.

Uma metodologia para desvelar os valores de um bem patrimonial

Com a adoção crescente da perspectiva da conservação baseada em valores, não é de estranhar, portanto, que, no âmbito de nossa disciplina, se busque desenvolver também uma metodologia que permita “incorporar e evidenciar, em todas as instâncias do processo, o diálogo entre os muitos pontos de vista e interesses associados à percepção e uso dos bens culturais” (COULOMBIÉ; LADRÓN DE GUEVARA, 2009, p. 81), ou seja, uma metodologia que lide com o próprio processo de patrimonialização, que transcende a matéria. Uma das ideias centrais nessa busca será a da “significância cultural”, conceito que vem sendo utilizado no sentido de congregar os múltiplos valores atribuídos ao patrimônio cultural, como na Carta de Burra, que o define como

“o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes e futuras” (AUSTRALIA ICOMOS, 2013, p.2). Nesse documento, a ideia de “significância cultural” constitui a pedra de toque, sugerindo-se a sua utilização na análise dos valores do patrimônio cultural, que, segundo a metodologia aí prescrita, seriam avaliados, registrados e publicizados através de uma “Declaração de Significância”, documento que orientaria as decisões de conservação, incorporando e priorizando os vários valores presentes em sítios individuais e/ou bens culturais.

Aqui estamos frente a um novo desafio: tratar não só os valores tradicionalmente abordados pela conservação – notadamente o histórico e o estético – e aventurar-se na análise dos outros valores também presentes, especialmente daquele conhecido como “valor social”. Trata-se, nesta linha, de afastar-se da perspectiva objetivista, fortemente presente nas metodologias de disciplinas que historicamente tratam da proteção de monumentos – que incluem a história da arte, a arqueologia e a ciência dos materiais – e caminhar para uma nova compreensão intersubjetiva do patrimônio, que deve informar a teoria e a prática da conservação. Para isso, além dos métodos tradicionais da área, parece-nos fundamental recorrer a outros, provenientes em grande parte das ciências sociais, que possam ajudar a identificar, em particular, os valores socioculturais, a complexidade das relações sociais e dinâmicas em ação em cada contexto.

Ao seguir esse caminho, fica evidente a inadequação dos métodos tradicionais no campo do patrimônio, estando seus diagnósticos ainda geralmente centrados no próprio objeto a ser preservado, analisando-se suas propriedades e atributos intrínsecos, e geralmente empregando-se um dispositivo conceitual derivado da história da arte e da arquitetura. A esse respeito, observamos que, embora existam muitos critérios técnicos para interferir nos bens culturais, ainda são “escassos e muito pobres os instrumentos metodológicos para diagnosticar”, sendo que os instrumentos existentes enfocam fundamentalmente “os aspectos materiais do objeto patrimonial” (COULOMBIÉ, LADRÓN DE GUEVARA, 2009, p. 82), e, como sabemos hoje, para intervir numa realidade tão complexa como a do patrimônio é necessário um conhecimento mais amplo e aprofundado de suas diversas dimensões – e não apenas da sua dimensão material.

Assim, conforme expressam Marie Louise Stig Sorensen e John Carman, com a crescente centralidade do patrimônio cultural no cenário contemporâneo, torna-se cada vez mais necessário iluminar também os “meios” (e não só os “fins”), refletindo-se sobre as metodologias a serem utilizadas. Para eles, o campo ampliado que hoje se expressa nos chamados “Estudos do Patrimônio, disciplina interdisciplinar, não poderia mais se contentar apenas em interrogar criticamente a estrutura conceitual e teórica da área, mas deveria também refletir de maneira aprofundada sobre as ferramentas – físicas, práticas e intelectuais – a serem empregadas, dimensão ainda pouco explorada, havendo poucas publicações que lidam com o assunto. Como resultado dessa ausência, tem-se debatido pouco sobre como o patrimônio pode ser estudado como fenômeno, e pouco esforço tem sido feito para elucidar como os procedimentos analíticos que afetam e ditam os objetivos e hipóteses de pesquisa e moldam nosso entendimento, bem como informam nossas opções de intervenção. As principais inquietações que precisam ser esclarecidas incluem o reconhecimento de como diferentes métodos podem ser usados para investigar o patrimônio e como as interpretações podem ser construídas a partir dos dados. À medida que surgem

estudos mais maduros e diversificados sobre o patrimônio cultural, torna-se cada vez mais importante que os meios pelos quais adquirimos nosso conhecimento sejam explícitos e abertos ao escrutínio: “Precisamos ser reflexivos, autoconscientes e críticos, sensíveis e imaginativos sobre como estudamos o patrimônio.”, concluem Sorensen e Carman (2009, p. 4).

² Este fato tem sido cada vez mais reconhecido não só por pesquisadores, mas por várias organizações e instituições em todo o mundo, registrando-se mudanças significativas no domínio do patrimônio nos últimos 20 anos: através de um planejamento integral da gestão da conservação, que integra os valores dos atores interessados, têm sido desenvolvidas perspectivas integradas e interdisciplinares para a preservação do ambiente construído que respondem às condições da sociedade contemporânea. Vale anotar que alguns países adotaram políticas de gestão integrada da conservação que tentam explicitamente incorporar valores às tomadas de decisão, tais como o *National Park Service* nos Estados Unidos e o *English Heritage* no Reino Unido.

Figura 1: Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, 2012. Fonte: Guilherme Felipe Marques.

Reconhecendo os valores da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana (MG)

Tal reflexão parece-nos de extrema relevância para a abordagem do patrimônio nos dias de hoje, na medida em que permite identificar e compreender os valores em jogo no domínio da conservação, condição necessária para o desenvolvimento de qualquer política patrimonial mais ampla. Como sabemos, apenas uma compreensão adequada dos valores percebidos pelos diversos “atores”, que definem os objetivos e motivam a ação, pode fornecer uma perspectiva mais adequada para uma gestão sustentável e de longo prazo dos bens culturais. Assim, como temos argumentado, para decidir o que é patrimônio e preservar não apenas os bens materiais em si, mas também os valores neles incorporados, é sempre necessário ponderar *por que* e *como* o patrimônio é valorizado e *por quem*. Como já observou a socióloga Lourdes Arispe, essa valorização difere conforme os grupos: os governos valorizam o patrimônio de uma forma, os grupos da elite nacional de outra, e as populações locais, os acadêmicos e os empresários de formas também distintas, sendo necessário entender o que pensa cada um desses grupos para se chegar à melhor estratégia para preservar o patrimônio cultural ².

Esta foi a abordagem adotada na construção do projeto de restauro para o edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana (MG), importante patrimônio nacional brasileiro. Cabia ali, portanto, em consonância com a ideia da apreensão da significância do bem



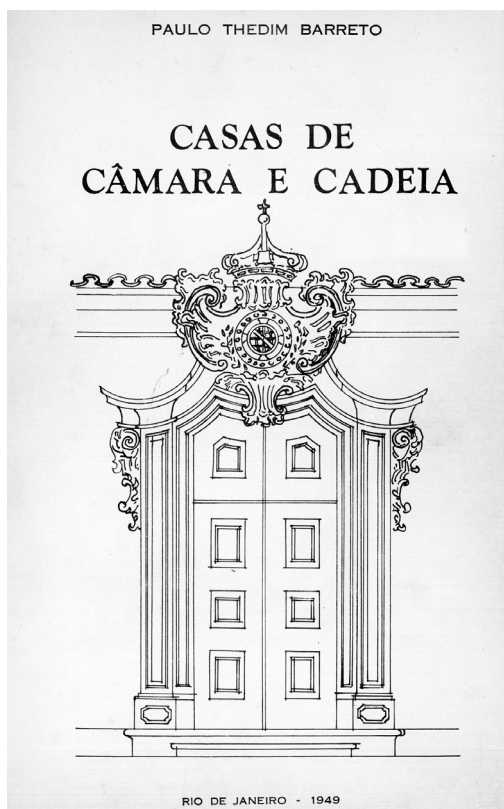


Figura 2: Capa do livro Casas de Câmara e Cadeia de Paulo Thedim Barreto 1947. Fonte: SPHAN.

³ Este fato tem sido cada vez mais reconhecido não só por pesquisadores, mas por várias organizações e instituições em todo o mundo, registrando-se mudanças significativas no domínio do patrimônio nos últimos 20 anos: através de um planejamento integral da gestão da conservação, que integra os valores dos atores interessados, têm sido desenvolvidas perspectivas integradas e interdisciplinares para a preservação do ambiente construído que respondem às condições da sociedade contemporânea. Vale anotar que alguns países adotaram políticas de gestão integrada da conservação que tentam explicitamente incorporar valores às tomadas de decisão, tais como o *National Park Service* nos Estados Unidos e o *English Heritage* no Reino Unido.

cultural, investigar a ampla gama de valores a ele atribuídos pelos diferentes agentes, numa tentativa de se construir uma rede de significados que nos fornecesse as pistas necessárias na sua abordagem, que deveria ser cuidadosa. Desde o início, estávamos conscientes de estar tratando com um bem excepcional, de grande valor histórico e artístico: projetado em 1762, com construção se iniciando em 1768, este edifício foi reconhecido como patrimônio nacional em 19 de dezembro de 1949, sendo objeto da inscrição n. 345 do Livro de Tombo das Belas Artes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Das três Casas de Câmara e Cadeia instaladas pela Coroa Portuguesa em Minas Gerais em 1711, em Mariana, Ouro Preto e Sabará, a de Mariana é a única ainda em funcionamento no primeiro edifício construído para albergá-la. Além disso, representa um importante e significativo exemplar da tipologia “Casa de Câmara e Cadeia”, como é extensivamente mostrado pelo estudo realizado nos anos 1940 por Paulo Thedim Barreto (BARRETO, 1947), destacando-se pelo seu requinte e qualidade construtiva³.

Adotar a perspectiva intersubjetiva na análise de um bem cultural, para embasar as propostas de intervenção sobre ele, não significa, no entanto, negligenciar seus aspectos objetivos, contidos na sua própria materialidade. Assim, no caso da construção de um projeto de restauro para a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, não se tratava de substituir uma perspectiva objetivista por outra intersubjetiva, mas sim de considerar essas duas abordagens como complementares. Nesse sentido, os estudos históricos, arqueológicos, construtivos e patológicos realizados por outros pesquisadores e pela nossa equipe foram fundamentais para atribuir valor ao edifício histórico, bem como

para determinar os critérios a serem aplicados na restauração. Esses estudos realizados pormenorizadamente permitiram não apenas conhecer o edifício, mas também valorá-lo adequadamente, bem como a cada um de seus elementos.

No entanto, como queremos destacar aqui os aspectos inovadores do projeto, vamos tratar com detalhe não os estudos relacionados aos aspectos históricos e estéticos do bem, mas sim as *metodologias* que utilizamos para aferir aquele valor que mais diretamente se relaciona com a dimensão intersubjetiva que postulamos, o “valor social”. No caso da Câmara de Mariana, após algumas consultas iniciais, começamos nosso trabalho pela busca de métodos que, além das abordagens tradicionais, pudessem nos orientar na identificação dos valores a ela atribuídos pelos diversos segmentos da sociedade. Esse seria, a nosso ver, um ponto de partida inescapável, derivado da dimensão mais relevante da ampliação do conceito de patrimônio: o entendimento da significância de um bem não deriva apenas da análise do bem e do seu entorno, mas abrange também necessariamente a compreensão dos atores que se relacionam com o bem. Assim, para a formulação de uma proposta adequada de intervenção sobre o patrimônio, parece-nos importante estender nosso questionamento para além do bem cultural em si, questionando-nos sempre também *para quem* este bem seria relevante, *de que forma* ele seria relevante, *porque* seria digno de preservação e *de que forma* essa preservação deveria se consolidar a partir da percepção dos valores que a sociedade lhe atribui. É importante considerar que, metodologicamente, o eixo de análise se desloca de forma significativa: se antes esse repousava na natureza do objeto como elemento determinante, hoje percebemos que ele abrange também a relação ou relações que se estabelecem entre o objeto e os diferentes sujeitos, no tempo e no espaço. Assim, conservar um bem cultural é muito mais que apenas conservar a sua estrutura física: é indispensável entender os valores atribuídos a ele e conservá-los.

Figura 3: Praça Minas Gerais, Mariana (MG), 2012. Fonte: Guilherme Felipe Marques.



Para o estudo dos valores atribuídos à Câmara de Mariana, identificamos, então, os grupos representativos para este trabalho e para cada um deles escolhemos um método adequado de pesquisa a ser utilizado. O primeiro grupo considerado procurou representar a sociedade civil local, que foi subdividida em três subgrupos: moradores do entorno da Câmara, agentes do patrimônio e frequentadores habituais das reuniões da instituição. Para esse grupo, utilizamos, inicialmente, o método do grupo focal, com o qual não obtivemos resultado satisfatório, o que nos levou a utilizar a técnica dos mapas mentais. Um segundo grupo considerado foi composto por turistas que visitavam Mariana, grupo que foi investigado por meio da aplicação de um questionário. Finalmente, trabalhamos de maneira próxima e extensivamente com um terceiro grupo, composto pelas pessoas que trabalhavam na instituição e pelos vereadores e funcionários. Para esse grupo, diretamente envolvido com a edificação e com a formulação da proposta de intervenção, utilizou-se o método ZOPP, que, como discutiremos adiante, permite não só traçar um diagnóstico participativo, mas também, de forma operativa, apontar possíveis soluções consensuais.

Entendendo o valor social da Casa de Câmara e Cadeia: moradores e turistas

Como mencionado, para o primeiro grupo, que representava a sociedade civil local, que contava com a presença de moradores do entorno da Câmara, agentes do patrimônio e frequentadores das reuniões da instituição, tentamos utilizar o método do grupo focal. Como não obtivemos sucesso, adotamos a técnica dos mapas mentais, que procura capturar como um determinado lugar é vivido e compreendido por seus usuários. Este método é altamente eficaz para, através da interpretação de desenhos e esquemas, identificar as representações que a população tem de um determinado lugar, mostrando como ele é percebido por cada indivíduo e/ou grupo. É como afirma Nilsa Oliveira: a percepção se dá de forma diferente para cada indivíduo, isto é, cada pessoa apresenta determinada percepção em relação ao espaço, sua experiência de vida”, o que faz com que cada um termine construindo uma espécie de “mapa mental” dos lugares vivenciados. (OLIVEIRA, [s.d.], p. 5)

No caso da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, buscamos compreender, por meio do método dos mapas mentais, as percepções dos diversos indivíduos que frequentavam a Praça Minas Gerais, onde o edifício está localizado, procurando capturar suas representações tanto do espaço público quanto da própria edificação. Aqui surge uma questão metodológica: como interpretar de forma válida as representações que emergem dos desenhos? Nesse sentido, é relevante lembrar Kevin Lynch, que nos ensina que embora cada indivíduo crie sua própria imagem mental, há um consenso substancial entre membros do mesmo grupo, indicando a existência de representações coletivas (LYNCH, 1977, p. 7). Portanto, para decodificar os mapas, adotamos a “metodologia Kozel”, que pressupõe que “a codificação dos signos que formam a imagem não é apenas uma representação individual, mas coletiva, na medida em que compartilha valores e significados com comunidades e redes de relações, referendando um signo social (KOZEL, [s.d.], p. 10).

Para empregar essa metodologia, pedimos a cada participante que representasse a Praça Minas Gerais por meio de um desenho. Em seguida, conduzimos uma entrevista individual com o autor do desenho, seguindo um roteiro preparado previamente.

Cartão Postal

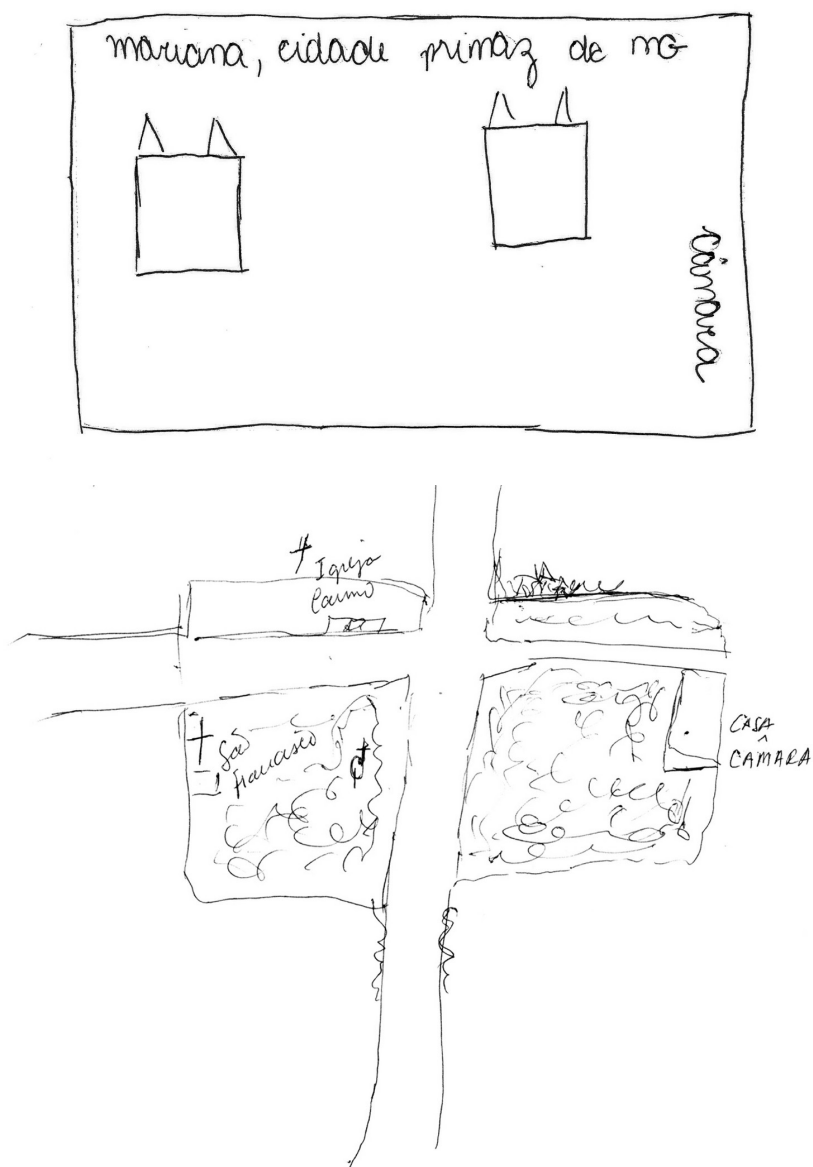


Figura 4: Exemplos de mapas mentais produzidos no estudo da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, 2012. Fonte: Fernanda Trindade.

Interessante observar que ao interpretarmos os desenhos, notamos uma convergência na representação dos usuários do espaço, sejam moradores do entorno, agentes do patrimônio ou simples frequentadores das reuniões da Câmara, corroborando o consenso substancial mencionado por Lynch. Em primeiro lugar, destacou-se o papel central atribuído pelos agentes à Câmara, vista como um monumento capaz de representar a própria cidade de Mariana, condensando sua imagem como um símbolo. Os dois valores tradicionais do patrimônio - o artístico e o histórico - também foram enfatizados na representação dos moradores. A beleza arquitetônica das edificações e seu papel como um "cartão postal" da cidade foram frequentemente mencionados nas entrevistas em todos os grupos estudados. Não é surpreendente que a beleza arquitetônica e paisagística do local seja o aspecto mais citado nas entrevistas, pois o valor estético é o mais facilmente percebido, sem a necessidade de conhecimento prévio da história dos edifícios ou locais para apreciá-los, como Alois Riegl já demonstrava (CASTRIOTA, 2022).

Quanto ao *valor histórico*, também foi enfatizado nas entrevistas, com os participantes frequentemente mencionando sua trajetória, lembrando-se especialmente de eventos ligados às suas experiências pessoais com o lugar, como aquelas relacionadas ao período em que o edifício desempenhava várias funções, incluindo a de cadeia pública. A história pessoal se entrelaça, de certa forma, à história social nas entrevistas, com a Praça Minas Gerais sendo lembrada como um espaço importante de sociabilidade local, além de ser palco de eventos significativos que fazem parte do calendário de comemorações cívicas (Dia de Minas e aniversário da cidade) e religiosas (procissões, representações do descimento da Cruz durante a Semana Santa), representando uma síntese da cultura local.

Em relação ao grupo de turistas, optamos por utilizar um questionário com uma pergunta central: “Quais são os pontos turísticos de Mariana?”. O objetivo principal era identificar a relevância da Câmara de Mariana como *ponto turístico* para os visitantes; então escolhemos uma questão aberta, permitindo que os entrevistados mencionassem diversos pontos e locais, além de compartilhar suas impressões. A amostra consistiu em quarenta entrevistados, e a pesquisa foi realizada no período de 13 a 15 de janeiro de 2012, durante o fim de semana, de sexta-feira a domingo. Os locais de abordagem aos turistas foram o espaço em frente à Igreja da Sé, a Rua Direita e as Praças Minas Gerais e Gomes Freire.

Figura 5: Dia de Minas na Praça Minas Gerais, 2000. Fonte: Arquivo do Governo do Estado de Minas Gerais.



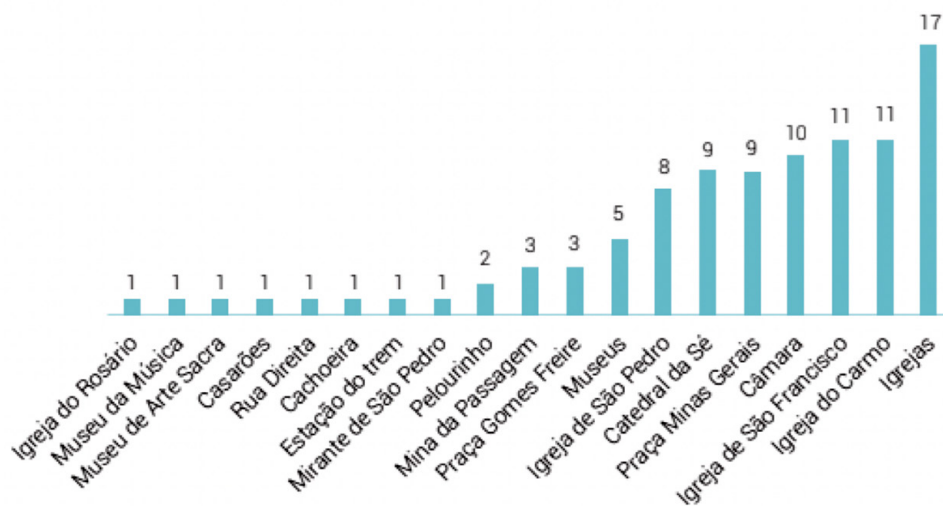


Figura 6: Pesquisa sobre locais turísticos de Mariana, 2012. Fonte: Fernanda Trindade de Carvalho.

Quando questionados sobre os pontos turísticos de Mariana, 42,5% dos entrevistados apontaram como resposta “as igrejas”, sem citar especificamente a quais igrejas se referiam. A segunda resposta mais relevante, representando 27,5% dos entrevistados, foi a referência específica à Igreja de São Francisco de Assis e ao Santuário de Nossa Senhora do Carmo. Em terceiro lugar, com 25% das menções, vinha a Casa de Câmara de Cadeia de Mariana. Em seguida, empatados com a mesma representatividade de 22,5%, vinham a Igreja da Sé e a Praça Minas Gerais. Logo abaixo, ficavam a Igreja de São Pedro, com 20%, e “os museus”, indicados por 12,5%. Os demais pontos turísticos apareciam como menos significativos

Como podemos perceber, não é fortuito que os itens elencados em segundo, terceiro, quarto e quinto lugares - a Igreja de São Francisco de Assis, o Santuário de Nossa Senhora do Carmo, a Casa de Câmara de Cadeia de Mariana e a Praça Minas Gerais - estejam inseridos no mesmo espaço, a Praça Minas Gerais, que contém essas igrejas e a Casa de Câmara. Esses resultados apontam, inequivocamente, que a Praça Minas Gerais, além de icônica para a população da cidade, também é representativa como ponto turístico para os visitantes, o que se aplica também aos elementos que a compõem.

Construindo um projeto para a Casa de Câmara e Cadeia: o método ZOPP

O trabalho foi realizado de forma intensiva com o terceiro grupo, composto pelos vereadores e funcionários da Câmara, com os quais foram realizadas várias reuniões na tentativa de envolvê-los no processo desde o seu princípio. Para subsidiar esse trabalho, utilizamos o método ZOPP (*Zielorientierte Projektplanung*), uma abordagem que possibilita o gerenciamento de projetos complexos multidimensionais. O método ZOPP emprega uma ferramenta de engajamento baseada na moderação de conflitos em grupo, mediada por especialistas, que facilita a compreensão do conteúdo discutido durante as oficinas por meio da visualização de problemas e soluções, promovendo uma melhor comunicação entre os participantes.

Conhecido em português como Planejamento de Projeto Orientado a Objetivos, o Método ZOPP será utilizado para planejar, executar e avaliar projetos. Desenvolvido na década de 1970 pelo alemão Gert von Kortzfleisch (1983), ele tem sido amplamente utilizado em organizações governamentais e não governamentais em todo o mundo, sendo particularmente indicado para o planejamento de projetos complexos e de grande porte envolvendo diversos interessados. É especialmente útil em projetos sociais, ambientais, de infraestrutura e outros projetos de desenvolvimento com objetivos de longo prazo e impacto significativo na sociedade, bem como em planos que exigem colaboração entre vários departamentos ou organizações e envolvem a participação de uma infinidade de stakeholders, como governos locais, organizações comunitárias, ONGs e outros.

A metodologia ZOPP baseia-se na definição de metas e objetivos claros e precisos para a concretização do projeto, definição que deve ser desenvolvida em conjunto com todas as partes interessadas do projeto, incluindo beneficiários, parceiros e financiadores⁴. A metodologia então apresenta um conjunto de etapas para planejar, executar e avaliar um projeto.

⁴ Para mais informações sobre o método ZOPP, consulte: DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 2013; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, 2002 e CRUZ, R., 2003.

A primeira etapa do método ZOPP é a análise de problemas e oportunidades. Nesta fase, avalia-se a situação atual e determinam-se as questões a abordar e as oportunidades a explorar. A segunda etapa é definir as metas e objetivos do projeto com base nas necessidades e expectativas identificadas na primeira etapa. Nesta fase, é importante que as metas sejam SMART (específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e com prazo). A terceira etapa do método ZOPP é o desenvolvimento de um plano de ação, fase em que são definidas as atividades a serem realizadas, os recursos necessários, o cronograma e os responsáveis por cada atividade. É importante que o plano de ação seja claro e detalhado para evitar possíveis problemas durante a execução do projeto.

A quarta etapa do método ZOPP é a implementação do projeto, quando são realizadas as atividades definidas no plano de ação. É importante que o processo seja sempre acompanhado para garantir que o projeto esteja seguindo o plano estabelecido e para descobrir possíveis desvios e problemas. Finalmente, a última etapa do método ZOPP é a avaliação do projeto, quando a eficácia do projeto é analisada através da comparação dos resultados alcançados com as metas e objetivos previamente definidos. Essa avaliação é necessária para identificar os aspectos positivos e negativos do projeto e para fornecer conhecimento e orientar a tomada de decisões para projetos futuros.

O ZOPP pode ser visto como um método para criar um plano de projeto eficaz, oferecendo uma abordagem participativa e estruturada. Pode ser aplicado em diferentes fases do ciclo do projeto, como na preparação, avaliação, concepção ou adaptação de um projeto. Além disso, o ZOPP também pode ser usado como uma ferramenta para monitorar e avaliar um projeto, permitindo medir o progresso com base em indicadores e obter feedback dos stakeholders. Com toda sua flexibilidade, o método pode ser adaptado a diferentes circunstâncias e necessidades, adequando-se bem a diferentes etapas e objetivos.

No caso de Mariana, o método foi adaptado para obter um diagnóstico por parte dos usuários imediatos do edifício. Para isso, realizou-se uma oficina ZOPP (Planejamento

de Projeto Orientado a Objetivos) em 8 de junho de 2010, que reuniu um grupo de vereadores e funcionários da Prefeitura Municipal de Mariana. Durante a oficina, foram identificadas diversas questões relativas ao espaço físico inadequado do edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana em relação às necessidades da Câmara Municipal nos dias atuais. A partir dessa discussão, detalharam-se dois esquemas de visualização, contendo os problemas e as eventuais soluções identificadas.

Um dos principais problemas identificados no *workshop* foi a inadequação do espaço interior da Câmara Municipal. O espaço disponível para os gabinetes dos conselheiros revelou-se insuficiente e inadequado para suas atividades. Além disso, as salas eram pequenas, o que dificultava a realização de reuniões legislativas e a acomodação dos cidadãos interessados após a reunião. A preservação da memória da instituição também foi apontada como uma questão importante: falta de espaço para guardar e expor documentos, fotografias e outros materiais históricos, o que dificultava o conhecimento e o acesso à história da Câmara e do município. Outro problema notável identificado foi a falta de ordem no estacionamento, cuja localização causava transtornos aos vereadores, funcionários e visitantes, além de impedir o fluxo de tráfego no entorno do prédio.

A infraestrutura do edifício também apresentava, segundo os participantes, problemas significativos. As instalações elétricas estavam danificadas, com risco de curto-circuito e incêndio; a cobertura e o piso exibiam sinais de desgaste e possíveis danos estruturais, entre outros. Além disso, a falta de acessibilidade adequada para pessoas com mobilidade reduzida impedia o acesso de alguns usuários ao edifício, e a falta de medidas de segurança também era uma grande preocupação, com risco de adulteração e roubo. Relatou-se também a falta de informatização adequada do ambiente, com sistemas eletrônicos inadequados dificultando a realização das atividades que deles dependiam. Por fim, além dos problemas físicos, mencionou-se a falta de participação popular nas atividades da Câmara, dificultando o diálogo e a tomada democrática de decisões. Segundo os participantes, inexistiam canais de comunicação eficazes entre os vereadores e os cidadãos, o que agravava a situação.

Diante dos problemas identificados e dos efeitos negativos decorrentes, identificou-se como fundamental que a Prefeitura de Mariana adotasse medidas efetivas para solucioná-los, desenvolvendo ações concretas voltadas para uma gestão responsável e orientada para os interesses da população. Investimentos adequados, tanto em infraestrutura física quanto na participação popular e na modernização dos processos, surgiram como essenciais para garantir uma gestão municipal efetiva, contribuindo para a qualidade de vida e a preservação da identidade cultural de Mariana.

Durante as reuniões, construiu-se a chamada “árvore de problemas”, uma ferramenta visual que sintetizava as deficiências apontadas de forma clara e compreensível, mesmo para o público leigo. A essa “árvore de problemas” correspondia uma “árvore de soluções”, que, a partir das questões levantadas, procurava encontrar caminhos para sua resolução. A síntese dessas duas “árvores”, esquemas visuais facilmente legíveis, está apresentada na Figura 7 a seguir.

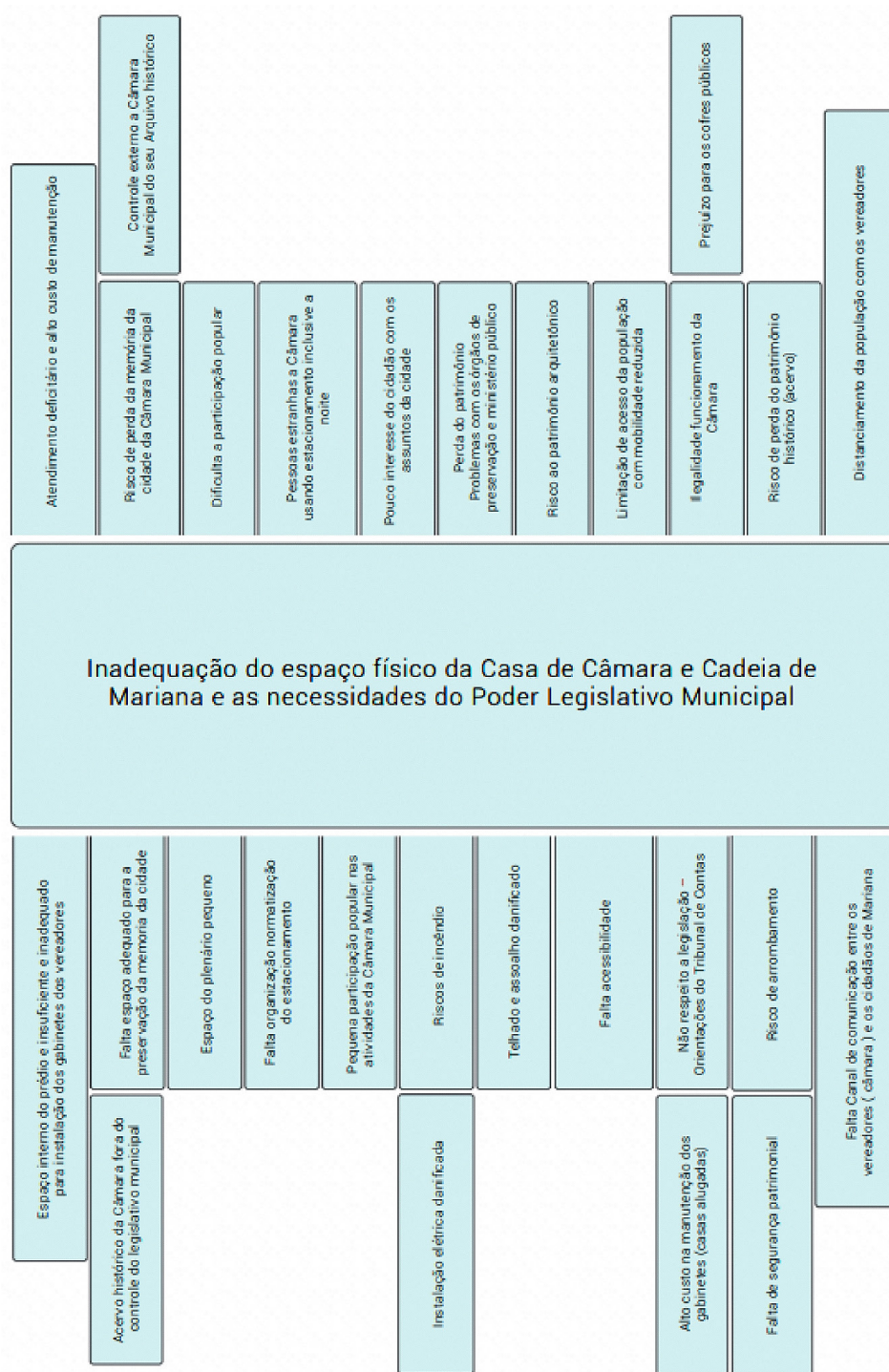


Figura 7: Árvore de problema e de soluções para a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, gerada pela oficina ZOPP realizada em 8 de junho de 2010. Fonte: Os autores.

Um futuro para a Casa de Câmara e Cadeia: o método de construção de cenários

Após a elaboração desses dois esquemas, derivados do ZOPP, avaliaram-se as possíveis soluções para a intervenção na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Desde o início das discussões, verificou-se um consenso entre todos os integrantes do grupo: a convicção de que o atual prédio da Câmara não deveria perder, ao menos em sua totalidade, a função de abrigar o Legislativo Municipal. Isso se justificava pelo fato de que seria a primeira Câmara de Minas Gerais e a única, dentre as fundadas em 1711, que ainda funcionava no primeiro prédio erigido para abrigá-la. Desta forma, ficou claro para todos os participantes que a retirada total das atividades da Câmara de Mariana do prédio do centro histórico significaria uma ruptura com sua história, o que levou a uma consequência lógica: a necessidade de restaurar o edifício original. No entanto, subsistiam dúvidas quanto aos diferentes destinos possíveis a serem dados à edificação, bem como sobre como resolver as necessidades funcionais da Câmara de Mariana.

Diante disso, optou-se pela utilização do método de *construção de cenários*, uma metodologia participativa utilizada para analisar e explorar possíveis perspectivas futuras, proporcionando uma estrutura para a compreensão das incertezas e desafios que uma organização pode enfrentar. Essa abordagem parecia particularmente adequada neste caso, pois envolve a criação de possíveis soluções para os problemas e objetivos traçados, o que permite a análise comparativa dos pontos positivos e negativos de cada um dos cenários.

É importante enfatizar que a construção de cenários não visa prever com precisão o futuro, mas sim explorar e entender melhor as possibilidades futuras, ampliar o pensamento estratégico e estimular a discussão e a colaboração entre as partes interessadas. Esta metodologia oferece uma abordagem estruturada para lidar com a complexidade e a incerteza inerentes ao planejamento estratégico e à tomada de decisão, características que se adequavam à necessidade do projeto em questão.

Com o consenso estabelecido sobre a necessidade de se restaurar o edifício original, foram apresentados três cenários que poderiam solucionar o problema central - a inadequação do espaço da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana para as necessidades atuais do Legislativo. Assim, o primeiro cenário propunha a construção de um anexo nos fundos do prédio histórico da Câmara, enquanto o segundo contemplava a transferência da sede do Poder Legislativo para um novo prédio, que seria construído no bairro de São Cristóvão, formando, com os demais poderes, uma espécie de centro administrativo. O terceiro cenário, por sua vez, previa a reestruturação de outro edifício do centro histórico, pertencente à Câmara, para albergar os gabinetes dos vereadores. A existência de um dissenso apontava para a necessidade de se utilizar um método como o de projeto por cenários, como explica Paulo Reyes.

O *projeto por cenários* é uma proposta de projeto pela não síntese, pelo dissenso. Ou seja, diferentemente da imagem de um funil, que ocorre nos processos de projeto, o projeto por cenários rompe por dentro, permitindo que o processo abra para outras alternativas. (...) Essas outras alternativas permitem a não consolidação de um modelo mental que encaminhe para um consenso com risco de privilegiar um determinado ator social. É importante frisar que ao posicionar o projeto com diferentes alternativas não se trata de focar em uma solução múltipla; pelo contrário, as alternativas se

colocam desde o início do problema. Assim, a complexidade do processo ocorre desde a estruturação do problema. Assim, a complexidade do processo ocorre desde a estruturação do problema. As alternativas surgem como diferentes trajetórias que o projeto pode seguir. Não há possibilidade de escolha entre a melhor alternativa; elas devem ser encaminhadas em paralelo, colocadas sempre em discussão até um possível amadurecimento ao final do projeto. (REYES, 2015, P. 186)

Para analisar os cenários propostos no contexto do projeto em questão, seguimos os passos da metodologia, identificando pontos positivos e negativos de cada um deles e sintetizando-os em quadros para uma melhor visualização. Dessa forma, foi possível avaliar os aspectos a serem considerados em cada cenário e, conseqüentemente, chegar a uma conclusão que atendesse às necessidades da Câmara Municipal de Mariana, respeitando sua história e contribuindo para o desenvolvimento da cidade.

No **Cenário 1**, que envolvia a construção de um anexo nos fundos do prédio histórico da Câmara, identificamos alguns pontos positivos, como o fácil acesso para a população devido à localização central do prédio, a centralização dos trabalhos e informações, além do vínculo com a preservação histórica e cultural. Entretanto, havia limitações para a construção devido às normas do IPHAN e o risco de descaracterização da paisagem e do prédio histórico.

Já no **Cenário 2**, que consistia na mudança dos gabinetes para o novo prédio da Prefeitura Municipal, apareceram como pontos positivos a liberdade de construção fora do perímetro urbano do IPHAN e a proximidade com outros poderes, o que facilitaria o trabalho dos vereadores. No entanto, isso resultaria em aumento de despesas para a Câmara, descentralização das informações e dificuldade de acesso para alguns cidadãos.

Por fim, no **Cenário 3**, que propunha a restauração de um dos imóveis do município no centro histórico para abrigar os gabinetes, destacaram-se pontos positivos como a permanência da Câmara no centro histórico, facilitando o acesso da população, e a proximidade entre os prédios existentes e o novo. No entanto, havia a necessidade de doação de um dos prédios à Câmara, a demanda por duas equipes de limpeza e vigilância, falta de estacionamento próprio e a dificuldade de encontrar vagas no centro da cidade.

Figura 8: Plenário da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, 2012. Fonte: Guilherme Felipe Marques.





Figura 9: Projeto de requalificação da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, 2012. Fonte: Equipe UFMG.

Considerando os pontos levantados, foi possível fazer um balanço final das três alternativas. O Cenário 1 tinha como vantagem o fácil acesso para a população e o vínculo com a história e cultura local, mas enfrentava limitações e riscos de descaracterização. O Cenário 2 oferecia liberdade na construção e proximidade com outros poderes, mas implicava em aumento de despesas, descentralização e dificuldade de acesso. Já o Cenário 3 mantinha a Câmara no centro histórico e possibilitava proximidade entre os prédios, mas requeria doação de imóveis, gastos com equipes de limpeza e vigilância e enfrentava problemas de estacionamento.

Assim, considerando todos esses aspectos, a melhor alternativa parecia ser o Cenário 1, que acabou sendo escolhido pelo grupo, e que previa a construção do anexo nos fundos do prédio histórico da Câmara: essa opção mantinha a Câmara no centro histórico, facilitava o acesso da população, centralizava os trabalhos e informações, além de preservar o vínculo com a história e cultura local. Embora enfrentasse limitações e riscos de descaracterização, esses desafios poderiam ser superados com um planejamento cuidadoso e respeito às normas estabelecidas pelo IPHAN, o que levou ao projeto elaborado pela equipe da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação do Professor Leonardo Castriota, que previu a restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia, e a construção de um anexo no terreno adjacente em declive, sendo aprovado pelo IPHAN. Mas esta é outra história, a ser abordada em outro artigo.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). *Manual de esboço de projetos*. São Paulo: ABONG, 2002

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEL, V. (Orgs.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015. p. 67-93.

- AUSTRALIA ICOMOS. *The Burra Charter 2013: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*. Burwood, Australia: AUSTRALIA ICOMOS, 2013.
- AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta (Orgs.). *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2000.
- BARRETO, Paulo Thedim. *Casas de Câmara e Cadeia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1947.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: a recuperação de um patrimônio nacional*. Belo Horizonte: IEDS, 2012.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio e Valores I. A via crítica de Alois Riegl*. Belo Horizonte: Miguilim: IEDS, 2022.
- COULOMBIÉ, Julieta Elizaga; LADRÓN DE GUEVARA, Bernardita. La conservación-restauración en un escenario plural de valoraciones: caminos para una aproximación conceptual. *Conserva*. N. 13, 2009. p. 81-94.
- CRUZ, R. Metodologia ZOPP e avaliação de projetos sociais, *Revista Katálisis*, 6(1), 2003, p. 81-90
- DE LA TORRE, Marta (ed.). *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2002.
- DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO. *Diretrizes para o planejamento do trabalho pelo método ZOPP*. Brasília: Deputados, 2013.
- MASON, Randall. Theoretical and Practical Arguments for Values-Centered Preservation. CRM: The Journal of Heritage Stewardship 3, N.2, 2006. p. 21-48. Disponível em: <<http://www.minervapartners.org/minerva/files/MasonCRM.pdf>>.
- KORTZFLEISCH, G. von. *Planeamento pelo método ZOPP*. Eschborn: GTZ, 1983.
- SORENSEN, Marie Louise S.; CARMAN, John (ed.). *Heritage Studies. Methods and Approaches*. London: New York, Routledge, 2009.
- REYES, Paulo. *Projeto por Cenários*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.
- SZMYGIN, Boguslaw. *A variety of conservation principles and methods - The basis of contemporary heritage preservation*. In: Estrategias relativas al patrimonio cultural mundial. La salvaguarda en un mundo globalizado. Principios, prácticas y perspectivas. 13th ICOMOS General Assembly and Scientific Symposium. Actas. Comité Nacional Español del ICOMOS, Madrid, 2002. pp. 196-198. Disponível em <<http://openarchive.icomos.org/575/>>.
- ZANCHETI, S.M.; HIDAKA, L.T.F.; RIBEIRO, C.; AGUIAR, B.. Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage. *City & Time* 4 (2): 5. 2009.

Recebido [Jan. 02, 2024]

Aprovado [Abr. 27, 2024]